

Composição:

- Presidente: Maricler Real - Assistente Social
- Vice Presidente: Cristiane Calvo - Psicóloga
- 1ª Secretária: Fernanda Tonus de M. F. de Mendonça - Assistente Social
- 2ª Secretário: Adeildo Vila Nova - Assistente Social
- 1ª Tesoureira: Susana Maria de Sousa Moraes Borges - Psicóloga
- 2ª Tesoureira: Célia Laura Camillo Muchatte Trento - Assistente Social
- Conselho Fiscal: - Jéssica de Moura Peixoto - Assistente Social
- Cláudia Anaf - Psicóloga
- Miriam Vega da Silva - Assistente Social
- Suplentes do Conselho Fiscal: - Alana Beatriz Ferreira - Assistente Social
- Rodrigo Gonzales de Oliveira – Psicólogo



Propostas:

Esta chapa tem como meta buscar a reaproximação da entidade com a base da categoria e resgatar ações integradas, descentralizadas e efetivas para que o espaço da entidade possa ser de diálogo, acessível a todos os associados. Propomos, assim, uma gestão participativa. Ressaltamos que os integrantes desta chapa são da capital, litoral e em sua maioria do interior do Estado e se propõem a manter uma comunicação direta com a categoria.

Ademais, queremos levantar reflexões sobre nossa atual conjuntura política, que apresenta um cenário sombrio e violento, com retirada de direitos e conquistas históricas dos trabalhadores tanto na esfera pública quanto privada. O desmonte das políticas públicas e a fragilização e difamação dos movimentos sociais e sindicais acarretam em uma maior demanda no trabalho e em menor atendimento das reivindicações por melhores condições de trabalho. Portanto, frisamos que nosso movimento é de resistência e busca da Justiça Social, da valorização das bases e de uma democracia representativa.

Diante deste contexto, a Chapa 2 Integra-Ação apresenta as seguintes propostas:

- Dar continuidade às lutas por aumento salarial real, com estudos especializados sobre as implicações da equiparação ao salário dos Profissionais da Saúde, do Judiciário e equiparação aos Diretores de Cartório;

- Realização de pesquisas para o diagnóstico da realidade do cotidiano de trabalho dos profissionais, a fim de fundamentar a luta pela melhoria das condições de trabalho em todos os seus aspectos;
- Melhorar as condições do plano de cargos e salários e do plano de saúde;
- Ampliar a rede de convênios com instituições de ensino e órgãos de cultura e lazer que agreguem qualidade de vida e formação profissional aos associados;
- Trabalhar pela ampliação do número de associados, visando o fortalecimento da luta da categoria;
- Realizar estudos sobre a situação do grupo do “limbo jurídico” e pesquisas junto a servidores nesta situação, com o objetivo de avaliar a conjuntura atual e empreender luta pela isonomia administrativa, bem como inserção no SPPREV;
- Estabelecer diálogos com o Núcleo de Apoio Profissional e a Secretaria de Recursos Humanos do TJ voltados inclusive ao oferecimento de capacitações, definição sobre atribuições profissionais e concursos públicos;
- Garantir que o setor jurídico da AASPTJ-SP mantenha o importante trabalho voltado aos associados nas ações que versam sobre os profissionais, como as relativas à defesa dos profissionais junto a seus conselhos profissionais e ao TJ-SP, em processos administrativos, cíveis e criminais;
- Melhorar os canais de comunicação entre associados e diretoria da AASPTJ-SP, incluindo o fortalecimento do Conselho de Representantes;
- Manter a articulação de lutas em comum com as demais entidades representativas dos servidores;
- Assegurar a transparência nas ações da associação;
- Propiciar qualificação profissional para a categoria: promover encontros descentralizados por polos regionais para fortalecimento e qualificação profissional com temas técnicos e políticos, contando inclusive com associados que possam compartilhar projetos de referência embasados em seus estudos e suas práticas.

Para a Chapa 2, os seguintes eixos temáticos merecem abordagem direta:

A) O profissional (assistente social e psicólogo judiciário) e as lutas sindicais

Sobre as entidades do judiciário e o funcionalismo público (em geral): articulação com os movimentos críticos de luta social, direitos trabalhistas (incluindo questões sobre a previdência, IAMSPE, isonomia administrativa para o grupo do “limbo jurídico”, busca por melhores condições de trabalho, incluindo aumento salarial) e o posicionamento dos profissionais do Serviço Social e Psicologia.

B) Fortalecimento das lutas sociais e a visibilidade do Serviço Social e Psicologia no TJ-SP

A valorização profissional exige que tornemos públicos os projetos de cada profissão e as defesas conjuntas entre as duas categorias representadas pela AASPTJ-SP. Atribuições que não cabem às nossas profissões e outras que violam nossos princípios éticos devem ser combatidas e nossas lutas devem ecoar dentro e fora do Tribunal de Justiça. Neste sentido, faz-se necessário fortalecer parcerias com os Conselhos Regionais de nossas profissões (CRP, CRESS).

C) O fortalecimento do Serviço Social e a Psicologia no TJ-SP e suas contribuições nas lutas por direitos humanos, especialmente de crianças e adolescentes

Reflexão sobre as necessidades e fomento à aplicação de políticas públicas sociais, respeitando os direitos das crianças e adolescentes e suas famílias.

A defesa dos direitos de família e da convivência familiar e comunitária não se fundamenta no controle de suas condutas e comportamentos, nem mesmo na transferência de responsabilidades do Estado enquanto provedor de políticas públicas, mas no atendimento da mesma, em prol de uma sociedade justa e igualitária, pautada na defesa intransigente pela efetivação de direitos.

Nós, assistentes sociais e psicólogos, temos competência e conhecimento que nos gera responsabilidade e nos remete à participação à frente de lutas e discussões diante das atuais mudanças da legislação (ECA e Código Civil) e de suas implicações na vida e no atendimento da população atendida (crianças e adolescentes) pelo Judiciário.

D) As questões de gênero e classe

Grande parte dos assistentes sociais e psicólogos lotados no TJ-SP são mulheres; além disso, a população adulta envolvida nas ações judiciais, principalmente no tocante à demanda por direitos e no enfrentamento às diversas expressões de violência é, em sua maioria, formada por mulheres, muitas delas em situação de vulnerabilidade - mães, avós, tias, irmãs de crianças e adolescentes. Ser mulher e trabalhar com questões de vulnerabilidade e violência traz importantes desdobramentos. Sabe-se que, em eventos e atividades formativas, há ênfase nas questões da efetivação da Lei Maria da Penha, atendo-se a uma grave pauta para toda a sociedade, mas negligenciando fatores estruturais, que envolvem a própria instituição de justiça. A questão de gênero tem classe social e etnia. É urgente que o TJ-SP reconheça os direitos das servidoras, capacitando todos os funcionários para atendimento da população, considerando as particularidades das mulheres e da diversidade sexual. Como mulheres, precisamos ter atendidas reivindicações que são essenciais para nossa inserção, manutenção no trabalho e crescimento profissional, como aumento do auxílio creche, cujo valor há muito está aquém das nossas necessidades.

E) Assédio moral

Embora exista uma legislação atual que veda o assédio moral no âmbito da administração pública, nota-se que o tratamento e condições de trabalho diferenciados entre superiores e subordinados ainda geram muitos constrangimentos, sendo que as relações estabelecidas são permeadas por conflitos de interesses, que podem ferir princípios éticos e a atuação do profissional dentro do judiciário. Tal situação, geralmente, é fomentada pela falta de informações referentes às atribuições desenvolvidas. Neste sentido, a criação de canais de articulação junto às categorias facilitaria a comunicação e considerações quanto às diferenças profissionais, que são legítimas e merecem respeito. Para tanto, são imprescindíveis encontros com tal temática, envolvendo magistrados, assistentes sociais e psicólogos.

F) Diálogo

O levantamento de outros eixos que se fizerem necessários e emergentes, ao longo da gestão, será feito periodicamente, fortalecendo o contato da entidade com a base.

Se essas propostas contemplam suas aspirações, dê um voto de confiança à Integra-Ação, Chapa 2!

Estamos no Facebook, página “Chapa 2 – IntegrA-Ação”, curta e acompanhe!! e-mail para contato e sugestões: chapa2.aasptjsp@gmail.com
--

Qualificação:

Presidente: Maricler Real, Assistente Social Judiciário, aposentada. Ingressou no TJ em 1979 e aposentou em 2014. Trabalhou nas Varas de Famílias do Fórum Central da Capital, Vara da Infância Central da Capital, Fórum Regional do Jabaquara, onde exerceu cargo de chefia; Vara Distrital de Águas de Lindoia, Fórum de Caraguatatuba. Fez parte da diretoria da APASP - Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Estado de São Paulo; Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado de São Paulo; Conselheira da ANAS- Associação Nacional dos Assistentes Sociais; Presidente da Diretoria Provisória da AASPTJ- Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; Vice-Presidente da AASPTJ e Representante junto ao Conselho. Diretora da FESPESP- Federação de Entidades de Servidores Públicos do Estado de São Paulo, Diretora da ANSJ- Associação Nacional de Servidores do Judiciário e da FENASJ- Federação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário dos Estados e Distrito Federal. Presidente do Conselho Fiscal da SPPREV- São Paulo Previdência.

Vice Presidente - Cristiane Calvo, psicóloga formada pela Unorp – S. J. Rio Preto, em 1998. Desde 1999, trabalha no Tribunal de Justiça (atuou na Comarca de Osasco e, em 2005, transferiu-se para São José do Rio Preto). Coordenadora do Grupo de Estudos de Adoção II pelo EJUS-TJSP por dois anos (2015-2016). Especialista em “Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes” pelo LACRI/USP, 2000.

Realizou formação em Gestalt-terapia Clínica e Processos Grupais, nos anos de 2002-2003; Terapia de Casais e Família, em 2003-2004. Integra o Conselho de Representantes da AASPTJ-SP.

Primeira Secretária - Fernanda Tonus de Melo Furtado de Mendonça – Assistente Social formada pela UEL/PR em 2004, no Tribunal de Justiça desde 2006, lotada há três anos em Brodowski (anteriormente trabalhou nas comarcas de Peruíbe e Hortolândia). Especializada em “Direitos Sociais e Competências Profissionais” pela UNB em 2010. Integra o Conselho de Representantes da AASPTJSP e é suplente do Conselho Consultivo da AASP Brasil.

Segundo Secretário – Adeildo Vila Nova – Assistente Social formado pela UNIMONTE em 2010, trabalha no Tribunal de Justiça desde 2013, na Comarca de Cubatão. Mestrando em Serviço Social e Políticas Públicas pela UNIFESP da Baixada Santista, especialista-MBA em Gestão de Pessoas. Coordenador do CRESS-SP, seccional Santos (base territorial da região metropolitana da Baixada Santista e Vale do Ribeira). Integra o Conselho de Representantes da AASPTJ-SP.

Primeira Tesoureira: Susana Maria de Souza Moraes Borges, formada em Psicologia desde 1992 pela Universidade Paulista, especialista em Psicopedagogia desde 1998, e no Tribunal de Justiça desde 2013 na Comarca de Araçatuba. Membro da diretoria da Associação dos Psicólogos da Alta Noroeste.

Segunda Tesoureira: Célia Laura Camillo Muchatte Trento- Assistente Social Judiciária de 1999 a 2016 na comarca de Pacaembu, aposentada. Especialista em Serviço Social em Trabalho Comunitário e Interdisciplinaridade pela PUC-CAMP 1988, especialista em Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes pelo LACRI/USP, em 1997. Foi coordenadora do grupo de estudos “Estudo Social” do Tribunal de Justiça (nos anos 2011-2012-2013-2014). Professora universitária na Fafig de Guaxupé. Integrante do conselho de representantes da AASPTJSP.

Conselheira Fiscal - Jéssica de Moura Peixoto – Assistente Social formada pela UNESP/Franca em 2004. No Tribunal de Justiça desde 2010, lotada há três anos em Ribeirão Preto. Coordenadora do Grupo de Estudos de Adoção II pelo EJUS-TJSP por dois anos (2015-2016). Mestranda em Serviço Social pela UNESP/Franca, Especialista em Gestão Integrada pelo Centro Universitário SENAC em 2008 e em Saúde Coletiva pela FAMERP em 2006.

Conselheira Fiscal: Cláudia Anaf –Psicóloga formada pela PUC em 1980. Foi supervisora de estágio na Fmu de 1991 até dez 2007. Trabalhou no Tribunal de Justiça desde março de 1991, tendo trabalhado nos fóruns central, Lapa e das varas especiais. Aposentada em 2013. Foi por várias vezes representante da AASP. Na gestão 2013 a 2017 foi conselheira fiscal e posteriormente vice presidente.

Conselheira Fiscal: Miriam Vega da Silva – Assistente Social formada pela Universidade São Francisco em 1996, no Tribunal de Justiça desde 2006, lotada há 2 anos e 08 meses no Serviço Psicossocial Vocacional. Pós-graduada em Famílias com ênfase em Terapia Familiar Sistêmica pela UNICSIL, concluído em 2005; Especializada em Mediação: Intervenções sistêmicas para resolução de conflitos em diferentes contextos, pelo COGEAE – PUC/ SP, concluído em 2006. Representante do Conselho de Representantes da AASPTJSP pelo Fórum Regional de Itaquera de 2006 há 2011, ocupando a vacância do cargo de 2ª Secretária na AASPTJSP no período de 2007 a 2009.

Primeira Suplente – Alana Beatriz Ferreira – Assistente Social formada pela UNESP/Franca, em 2004, no Tribunal de Justiça desde 2006, lotada há dez anos em Catanduva, Especialista em “Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes” pelo LACRI/USP, em 2007.

Segundo Suplente – Rodrigo Gonzales de Oliveira, Psicólogo formado pela USP – Ribeirão Preto em 2004. No Tribunal de Justiça de São Paulo desde 2007. Especializado em Gestão de Recursos Humanos – MBA pela UNINTER em 2014. Lotado há nove anos no Fórum da Comarca de Itanhaém.

